



ACÓRDÃO Nº1190/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12164/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Procuradoria Geral do Município de Manaus – PGM.
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4100/2021-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Procuradoria Geral do Município de Manaus - PGM. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Recomendação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos d do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Procuradoria Geral do Município de Manaus - PGM**, exercício 2019, sob responsabilidade do Sr. **Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira**, Procurador Geral do Município e Ordenador de Despesas, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação** com fundamento no art. 23, da Lei nº 2.423/96, ao Sr. **Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira**, Procurador Geral do Município e Ordenador de Despesas da PGM;
- 10.3. **Recomendar à Procuradoria Geral do Município de Manaus - PGM** que regularize a situação dos restos a pagar de exercícios anteriores, sem retenção de pagamento por ausência de regularidade fiscal, uma vez comprovada a execução plena e satisfatória do objeto contratual pertinente;



ACÓRDÃO Nº1190/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4. Dar ciência do julgado ao Sr. **Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira**, encaminhando-lhes cópia da decisão.

11- Ata: 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Novembro de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Auditor presente e Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral